

Feminismo à deriva? Sobre disputas reacionárias coetâneas do ideário feminista

MÓNICA CATARINA SOARES*

Resumo: A popularidade política da extrema-direita tem vindo a ganhar proporções globais alarmantes. A sua sedimentação em todo o mundo parece, ainda que de forma variável, colocar-se de forma ambígua em relação a reivindicações historicamente constituídas como feministas. Enquanto, por um lado, o desprezo pelas mulheres, gays/lésbicas e transgéneros, parece recalcitrante, assim como a descredibilização de certas lutas feministas, por outro lado, tal tendência aparece como liminar, existindo paradoxalmente um interesse renovado em ‘questões femininas’ e no impulso emancipatório das lutas feministas. Este artigo visa empreender algumas reflexões de partida sobre esta contradição, suportados na experiência de movimentos e formações partidárias (feministas e/ou de extrema-direita) que buscam disputar a constituição de subjetividades políticas conjuntamente feministas e reacionárias. Advoga-se ainda que este debate seja conduzido no seio da interseção entre feminismo e marxismo, estimulando-se uma formulação teórica que se opõe ao capitalismo, ora entendido como totalidade contraditória.

Palavras-chave: feminismo; feminacionalismo; reprodução social; extrema-direita; Marxismo; feminismo

A drifting feminism? On contemporary reactionary disputes of the feminist imaginary

Abstract: The political popularity of the far-right has been taking alarming global proportions. Its sedimentation around the world, albeit in variable ways, needs to be placed ambiguously in relation to feminist historical-constituted claims. Whereas, on the one hand, disdain for women, gays/lesbians and transgender, seems recalcitrant, as well as the discredit of certain feminist struggles, on the other hand, this tendency appears as an onset, existing paradoxically a renewed interest in women's issues and on the emancipatory impulse of feminist struggles. This article aims to undertake some starting reflections on this contradiction, supported by the experience of movements and party-formations (feminist and/or far-right) that seek to dispute the constitution of political subjectivities both feminist and reactionary terms. It is recognized the relevance of taking this debate within the intersection between feminism and Marxism, which is able to stimulate a theoretical formulation opposing capitalism, here understood as a contradictory totality.

Keywords: feminism; feminacionalismo; social reproduction; far-right; Marxism; feminism



* MÓNICA CATARINA SOARES é doutoranda no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra

A assimilação de ideias, reivindicações e léxicos feministas, de forma particular, e da noção de emancipação das mulheres, de forma mais geral, parece ter cada vez mais ecos em discursos políticos conservadores e reacionários, e vice-versa. Claro que é possível objetar-se de imediato que estes ecos representam uma falsidade cabal (e.g., COLINA, 2020), em que certos temas passam a ser pervertidos, instrumentalizados e justapostos através de determinadas operações arditas e cosméticas reacionárias. A favor deste argumento de hipocrisia natural e instrumentalização podem ser usados diversos panegíricos à misoginia e à objetivação dos corpos femininos, provindos de movimentos, formações partidárias e governos contemporâneos de extrema-direita. Por exemplo, nas Filipinas, em 2018, Rodrigo Duterte deu instruções claras para alvejar rebeldes comunistas na vagina caso fossem emboscadas (cf. BEINART, 2018). Dois anos depois, em 2020, o Tribunal Constitucional Polaco retrocedeu em vários direitos reprodutivos e restringiu o acesso ao aborto no país, tendo sido mesmo proibido em casos de malformação de feto. Em Portugal, no mesmo ano, o partido de extrema-direita Chega, viu um dos seus militantes apresentar uma moção de estratégia que propunha a retirada dos ovários às mulheres que interrompessem voluntariamente a gravidez, ainda que o caso tenha sido aproveitado estrategicamente por André Ventura, líder do partido, que o viu como uma exceção condenável pelo próprio partido, assegurando a suspensão deste militante, visto como “maçã podre”. No Brasil, a misoginia de Jair Bolsonaro dispensa apresentações com o caso conhecido, enquanto deputado federal em 2003, quando disse à deputada Maria do Rosário, do Partido

dos Trabalhadores (PT), que não a violaria porque ela não merecia.

Após ter ganhado as eleições presidenciais em 2018, o mesmo Jair Bolsonaro criou um Ministério da Mulher, Família e dos Direitos Humanos, liderado por uma pastora evangélica, Damares Alves. Em funções, Damares participou na priorização de um projeto-lei que garanta o direito dos fetos por nascer (nascituros) e um subsídio para as mulheres vítimas de violação que decidem não interromper a gravidez. Na França, Marine Le Pen, líder do atual partido Reagrupamento Nacional (RN), defende um salário materno (LORRIAUX, 2017) e promove-se como fiel defensora dos direitos das mulheres muçulmanas, difundindo amiúde na sua conta de Twitter as suas preocupações com o uso opressivo do véu, visto como repugnante no Estado de direito francês. Na Alemanha, o partido nacionalista de extrema-direita Alternativa para a Alemanha (AfD), teve como candidata, em 2017, Alice Weidel, abertamente homossexual, que encara o islamismo como o maior perigo para os homossexuais que vivem na Alemanha.

É evidente o caráter inegavelmente misógino-racista e antifeminista das declarações e propostas anteriormente mencionadas – que igual mereceriam uma análise sensível ao seu contexto nacional que vai além do objetivo deste artigo. Contudo, não podemos considerar automaticamente os usos do ideário feminista (i.e., reivindicações e perspectivas historicamente constituídas) pela extrema-direita, ou vice-versa, como cooptação insolente ou, em alternativa, como aparente relação simbiótica. É necessário dar um passo em frente na compreensão desta ligação. Se bem num nível lógico primordial, feminismo e extrema-direita aparecem em clara disjunção, num nível político a

sua convergência desenvolve-se num clima de disputa atual em que determinados elementos ideológicos-discursivos eludem os conflitos sociais constituintes do capitalismo ao mesmo tempo que fomentam uma conquista de espaço político fundamental a partir do desenvolvimento espúrio de uma alternativa política à direita (cf. REID ROSS, 2017a). A sua compressão exige assim uma aproximação às contradições, nuances e fronteiras ideológicas, que doravante ocuparão o âmbito deste artigo, nomeadamente em torno das guinadas político-ideológicas que podem dar-se ao nível do que se constitui, se renova e se disputa historicamente, como feminino e feminismo.

Partirei de alguns pressupostos conceptuais-práticos. Em primeiro lugar, a assimilação e redefinição das reivindicações feministas é historicamente contingencial, isto é, faz-se a partir de um contexto de reorganização do conflito social, com paralela massificação do movimento feminista desde os anos 70 do século passado, assim como das subjetividades políticas, tidas como plurais e emergentes, que se foram forjando ao longo dos últimos cinquenta anos. Posteriormente, é neste cenário que se ergue, mais tarde, conseqüente e atualmente uma nova onda de extrema-direita, usualmente associada à crise de 2008 e o terrorismo desde o 11 de setembro (cf. GANDESHA, 2020; RENTON, 2019). Esta nova investida busca confeccionar um discurso de oposição no seio destas reorganizações identitárias dos movimentos sociais (e.g., feminismo, ecologia), que são também eles alguns dos mais emblemáticos contruídos à esquerda nos últimos anos. À semelhança com o que ocorre por exemplo com questões ecológicas, é cada vez mais difícil abnegar ou menoscar o caráter

evidente de várias reivindicações feministas (e.g., violência contra mulheres, violência de género, direitos reprodutivos) que se foram construindo a partir de incontornáveis lutas sociais. As articulações atuais circunjacentes entre extrema-direita e feminismo desenvolvem-se assim num terreno histórico particular destas lutas sociais com um paralelo recuo do antagonismo social de classe (RODRIGUEZ, 2020), em que descredibilizar a ‘questão feminina’ seria ignorar o inimigo político, a esquerda e as suas frentes políticas, como também reforçar uma imagem histórica de desprezo pelas mulheres e pela emancipação feminina, nada abonatória para um imaginário geral da extrema-direita como historicamente associada à opressão feminina.

Em segundo lugar, como supramencionado, contingência não significa reducionismo funcionalista. Dar conta das contingências históricas e convergências político-discursivas entre extrema-direita e feminismo, não nos pode levar a negligenciar as contradições imprevisíveis e disputas emergentes em termos de subjetividade política. Por exemplo, esta convergência nunca será tão-somente sobre uma questão de adesão eleitoral funcional (i.e., atração de votos por parte das mulheres, homossexuais ou transgénero, ou de outros setores tipicamente construídos à esquerda) (e.g., APPERLY, 2019) ainda que obviamente este propósito fique tacitamente satisfeito. Em terceiro lugar, estas interseções podem acontecer desde perspetivas políticas primariamente entendidas como de extrema-direita, mas também podem ser mobilizadas a partir de figuras que pertencem ao próprio movimento feminista, tanto histórica como identitariamente (cf. FARRIS, 2017).

Em quarto lugar, a definição de extrema-direita merece alguns esclarecimentos adicionais. Elejo a noção de extrema-direita (*far-right*) por ser mais ampla, podendo abarcar tantos os movimentos, partidos e governos atuais renovados de ultradireita etnonacionalista, autoritária e/ou populista, alguns deles imbuídos em referentes históricos fascistas e com características profascistas, mas cuja a ideia de fascismo pode ser anacrônica e insuficiente para abarcar a reciclagem que as tendências políticas mais à direita do espectro político, e o seu crescimento diverso, foram sofrendo nos últimos anos (cf. RENTON, 2019). Não obstante, recuso a ideia de pós-fascismo: são precisamente estas atuais articulações, mais ou menos organizadas, que nos indiciam a ameaça permanente da potencialidade de consolidação futura de um neofascismo, ainda que porquanto exista como espectro de diversos movimentos (GANDESHA, 2020) e não como regime estabelecido (ROSAS, 2019). Em conformidade, a extrema-direita deve ainda ser diferenciada de acordo com a sua existência (ou afinidades) na forma de movimento social, de partido e/ou de governo zelando-se igualmente por manter alguma sensibilidade na referência a novas e velhas articulações de acordo com a sua forma. Claro está que ainda mantendo autonomia relativa, a atividade política que se dá nos movimentos sociais, formações partidárias e/ou governos eleitos democraticamente (ou por golpe de Estado) não estão desmembrados, isto é não se desenvolvem de forma apartada, pois na verdade concorrem e co-evoluem em termos de afirmação contemporânea da extrema-direita, muitas vezes de forma, consertada e transnacional.

Em quinto lugar, este artigo não oferece uma abordagem metodológica sistemática aos elementos ideológico-

discursivos que se pretendem discutir. O meu objetivo é bem mais modesto. Confluo com alguns destes processos, mas sobretudo ressaltando o meu argumento principal: a extrema-direita busca hoje constituir-se e renovar-se como alternativa, solapando tanto quanto possível o seu espectro de fascismo, ao mesmo tempo que cavalga paradoxalmente uma fórmula reacionária atualizada. Fá-lo, por um lado, a partir de uma neutralização seletiva do potencial antagônico contido em vários alinhamentos do movimento feminista, com vista à desarticulação das lutas, diluindo-o como um todo em nomenclaturas particulares (e.g., ideologia do género, feminazismo). Por outro lado, busca a imposição de uma agenda, empreendida a partir de uma disputa obstinada de subjetividade política que privilegia elementos sincréticos e ambíguos, predando tendenciosamente um cunho emancipatório na resolução das contradições materiais-simbólicas dos nossos tempos. Reivindicam-se assim lutas e exigências (i.e., com a sua parcial supressão, como no caso da interrupção voluntária da gravidez) transmutadas ou estendidas nas próprias coordenadas etnonacionalistas e reacionárias (e.g., feminacionalismo).

Feminismo sob ataque: da ideologia de género ao feminazismo

Os ataques ao feminismo sob a órbita da ideologia de género são cada vez mais afamados. A aparente irracionalidade e ridiculez destes discursos não deve, contudo, conduzir a um menosprezo académico instintivo. Entre a extrema-direita, a falta de solidez intelectual não é garantia de fracasso; pelo contrário, a irracionalidade populariza-se contra a hipocrisia do capital intelectual burguês, a sua falta de contacto com a “realidade popular” e galopa por estruturas

delirantes supostamente antissistema (cf. ADORNO, 2020). As nomenclaturas anti-intelectuais dos ‘novos radicalismos de direita’ como Theodor Adorno (2020) explora numa palestra na Universidade de Viena em 1967 acerca do crescimento do NPD (Partido Nacional-Democrata) na Alemanha, tem sobretudo um objetivo emocional-propagandístico. O seu objetivo é a abstrusidade, não uma concetualização esclarecedora, mas sim sobretudo afetiva-negativa, diz-nos Adorno. A constituição de nomenclaturas-chave não visam ser verdadeiras aproximações a um problema ou questão, mas antes de mais o eliciar de uma emocionalidade automática negativa, ao mesmo tempo que servem como arma pseudo-racional, para afrontar uma putativa decadência moderna gerada pela esquerda e para precipitar um sentido de urgência de uma alternativa reacionária.

A ideologia de género tem sido a nomenclatura anti-intelectual, por excelência, usada contra o feminismo. Deixa claro dois aspetos: a) cancelamento esquerdista da verdade e da complementaridade biológica dos sexos (cf. RUBIO, 2017); b) a investida da esquerda que tenta hegemonizar-se a partir de ideias ‘culturais’ anticientíficas, apostando pela doutrinação das gerações mais jovens, somando-se assim à ideia de marxismo cultural (cf. MÁRQUEZ: LAJE, 2016). A denúncia da alegada falsidade flagrante e sórdida da construção social do género, globalizou a ideologia do género e tornou-a, acima de tudo, numa ideia transfóbica. É um ataque à terceira vaga dos feminismos, de forma particular, nomeadamente à teoria *queer* (RODRÍGUEZ, 2020). O género não pode ser uma escolha, nem pode ser articulada de forma volúvel, pois, de acordo a esta perspetiva, o género equivale a sexo e a complementaridade é algo natural, não

algo que foi imposto externamente através de relações de poder historicamente determinadas. O problema não é a abordagem liberal-progressista discursiva ao género; antes de tudo, o problema é a ideia de género em si mesma, cuja abordagem é recentrada em preocupações palatáveis publicamente (e.g., educação das crianças). Se o género fosse um princípio reacionário ou uma preocupação entre políticos conservadores, como a legalização de armas, a sua proibição seria um atentado à livre eleição. Como é sobretudo de carácter progressista, então as questões de identidade de género, são antinaturais e a sua ‘imposição’ uma forma clara de silenciamento daqueles que são cisgénero, por exemplo.

Nas democracias liberais contemporâneas, a invalidação de qualquer proposta política faz-se através do apelo à sua intolerância e à respetiva falta de moderação. Ainda que a maioria das principais reivindicações em matéria de género tenham sido feitas numa lógica iminentemente liberal-progressista, para alguns setores políticos, são demasiado revolucionárias e intolerantes com o seu ‘modo de vida’ assente em privilégios masculinos estabelecidos. As questões de género passam a remeter-se à intolerância, ao feminazismo, um termo mais carregado de uma componente afetiva-negativa anti-intelectualista que busca colocar a tónica na impossibilidade de diálogo e no ódio que emana do feminismo. O termo foi cunhado em 1992, por apoiante efervescente de Donald Trump, recentemente falecido, Rush Limbaugh. Este ganhou proporções colossais durante os últimos anos muito por conta da popularidade da *Alt-Right* norte-americana durante o governo de Trump.

Há uma mensagem mais profunda que a ideologia de gênero e o feminazismo anunciam de forma caricatural: o feminismo, como novo movimento social de esquerda, iminentemente progressista ou socialista, está preocupado com problemas que a igualdade formal entre homens e mulheres já solucionou. Os contribuintes, que costumam absolutizar-se, em termos simplistas, como homens brancos de classe média-baixa – historicamente associados ao trabalho produtivo e outrora eleitos como sujeito de luta privilegiado (RODRIGUEZ, 2020) – estão a pagar por problemas que não os atribulam, tais como meios contraceptivos (obviamente, uma preocupação feminina), interrupção voluntária de gravidez providenciada pelos sistemas de saúde ou cirurgias de transformação de sexo. Pagam por todo o desvio cultural feminazi que repudia os homens mesmos, que os anula historicamente, que atenta contra a sua naturalidade masculina. Em alguns países da Europa, além do mais, o gênero é visto a como algo que migrou desde o estrangeiro e, portanto, antinacionalista, principalmente em países católicos conservadores como a Polónia (APPERLY, 2019).

Neste ponto, o discurso reacionário tem vindo a adotar uma lógica discursiva mais próxima à celebração da diferença natural e à paridade entre homens e mulheres, disputando assim os seus limites lexicais e propostas alinhadas com a igualdade de gênero. Por outras palavras, as reivindicações de gênero, para serem válidas, não podem conter elementos assentes na discriminação positiva e em antinaturalismo. Devem ser formuladas sempre em termos de paridade entre homens e mulheres para serem iguais (na complementaridade) de gênero. Por exemplo, em Espanha, na Andaluzia, em

2019, o partido Vox, ao mesmo tempo que pediu a revogação de leis com base em políticas de gênero e remoção do aborto de todos os serviços estatais (entendidas como discriminação positiva e ataque próvida), advogou também leis de paridade, de proteção igual para homens e mulheres, em caso de situações de violência doméstica (cf. BEATLEY, 2019). A gestão conjunta de licenças de parentalidade também pode assim ser compatíveis com este tipo de agenda política. Vemos assim que a extrema-direita busca um efeito pigmalião com interesses historicamente construídos à esquerda, mas obviamente não de qualquer forma, privilegiando remoques concretos compatíveis com a sua agenda política.

A questão da representatividade feminina é também mais facilmente manobrável. Cobrar uma imagem e/ou quota feminina em partidos políticos tem uma relevância na conquista do espaço político atual. Veja-se, por exemplo, o caso da chamada desdemonização do RN apregoada por Marine Le Pen. A desdemonização implicou a criação de Le Pen como uma mulher moderna, duas vezes divorciada, mãe solteira, que conjuga o papel de mãe com a sua vida profissional como qualquer “mulher francesa” (SERHAN, 2017). As concessões estratégicas de Marine Le Pen têm avançado um pouco mais com propostas de igualdade salarial e com tolerância relativa à interrupção voluntária da gravidez (cf. LORRIAUX, 2017). Le Pen busca uma identificação com a mulher moderna francesa, com tintes de feminismo liberal, para, logo, transportá-las a um discurso de ameaça islâmica. De facto, a reorientação da questão feminina, ajustada aos interesses de uma masculinidade ferida e à representatividade de sexos, não são as únicas formas de disputa política que a extrema-direita utiliza para coordenar a

subjetividade política reacionária com laivos feministas. A recalibração de um discurso reacionário-nacionalista ocorre a partir, igualmente, de uma racialização da questão feminina e da instalação sutil e sincrética a partir de elementos aparentemente benignos.

Feminismo, mulheres e LGBTQI: do feminacionalismo à apologia da domesticidade feminina

A ação política da extrema-direita hoje em dia, ainda com matizes contextuais importantes nos diferentes países, tende a revestir-se de um discurso de inoperância das ‘elites de esquerda’, assim como das suas respetivas investidas culturais no entendimento do género, lançando uma alternativa a partir do seu próprio olhar. Para proteger corretamente mulheres e homossexuais, longe da visão cultural-identitária irreal do politicamente correto, da ideologia do género, há que assegurar meios claros contra aqueles realmente põe em causa as suas vidas: imigrantes islâmicos, negros, ciganos, latinos, entre outros. Esta retórica converte, desde logo, a questão de género numa questão etno-racial, levando diversos segmentos sociais a entenderem-se primariamente como grupos etno-raciais nas mais diversas questões de conflito social (RENTON, 2019).

É possível tomar o feminismo como algo anacrónico, como rescaldo histórico, descredibilizando-o, sem com isso desaproveitar o seu cunho emancipatório para um propósito reacionário. A resposta está no *purplewashing* ou feminacionalismo (FARRIS, 2017). A violência de género não é branca, na verdade ela foi extinta pela ação de homens e mulheres brancos que lutaram no passado. Agora, homens negros, ciganos ou muçulmanos colocam em causa o paraíso feminista construído nas democracias liberais ocidentais de países

desenvolvidos. Segundo este discurso da extrema-direita, uma classe política de esquerda, simpatizante destas minorias, tolhida pelo humanismo e inefetiva politicamente, não consegue proteger devidamente as mulheres e homossexuais autóctones que estão sob o jugo dos ‘verdadeiros machistas’ (RENTON, 2019). O feminismo é necessário numa outra temporalidade, não no ocidente emancipado. O problema da misoginia infeta a Europa como um vírus externo, desde fora, desde a sua externalidade retrógrada, desde o estrangeiro bárbaro (SAL & LARZILLIÈR, 2011). Este feminacionalismo aparece assim como convergência de alinhamentos políticos da extrema-direita nacionalista e anti-imigração, como em alguns posicionamentos do feminismo em contra da alegada elevada misoginia de determinadas culturas, mas também adotados entre políticas neoliberais (por princípio, antinacionalistas), que visam submeter mulheres imigrantes aos trabalhos reprodutivos como forma de emancipação material-social (FARRIS, 2017).

Por conseguinte, quando chegam aos países ocidentais, emigradas, estas mulheres podem finalmente usufruir de um salto emancipatório. As narrativas de salvação ocidentais (BRACKE, 2012) - amplamente influenciadas por uma ameaça ontológica de extinção branca (BHATT, 2021) cada vez mais difundida - longe de serem um fenómeno novo, possibilitam a modelagem de uma identificação social com o tipo correto de imigrante, em que a aceitação social do bárbaro se dá a partir da docilidade e da reconhecida superioridade racial do homem (e da mulher) branca (cf. MBEMBE, 2016). Isto é verdade, não só para as mulheres, como também para os LGBTQI+ com narrativas de salvação de homossexuais (BRACKE, 2012), por

exemplo. As mulheres e LGBTQI+, simbolizados como corpos femininos, são mais dóceis e igualmente mais assimiláveis à cultura dominante (SAL & LARZILLIÈR, 2011). O racismo islâmico, ou dirigido aos negros e ciganos, termina sendo estripado em prol de um discurso “pró-feminista” de reconversão. Este mesmo feminismo, tantas vezes escarnecido como ideologia de gênero e como movimento depositado no passado, transforma-se assim em genética social, em estilo vida consolidado, que blasona a superioridade branca.

O encontro de uma subjetividade feminista e reacionária também se nidifica sincrética e seletivamente de formas mais subtis, nomeadamente a partir dos debates em torno do que chamamos a esfera da reprodução social, sobretudo como reivindicação “alternativa” da sua dimensão doméstica. A teorização da reprodução social, como sabemos, ocupa um lugar de excelência em várias tendências feministas, com especial atenção desde a segunda vaga do feminismo. Passando desde o feminismo materialista francês (e.g., DELPHY, 2015), ao operismo feminista italiano (e.g., FEDERICI, 2018), até ao ecofeminismo (e.g., MIES; SHIVA, 2014) e, finalmente, outras perspetivas de releitura marxista associadas à denominada teoria da reprodução social (e.g., VOGEL, 2000; BATTACHARYA, 2017), ou até à teoria crítica (e.g., FRASER, 2016), entre outras, em que todas elas foram devotando especial atenção à exploração e/ou a opressão feminina presentes na esfera da reprodução social. Esta tornou-se um debate abarcante de várias perspetivas feministas, ainda que com variações a nível dos seus diferentes enquadramentos lógico-históricos, que divergem desde aproximações mais ou menos biologistas, deterministas e

funcionalistas, até outras mais centradas em tentativas teóricas unitárias e/ou dialéticas da totalidade da produção-reprodução capitalista (para uma análise crítica, ARRUZZA, 2016).

Algumas destas perspetivas têm vindo a reforçar e/ou celebrar uma alteridade natural feminina numa lógica particular: ainda que possivelmente entendida como histórica-socialmente construída, a conformação das mulheres em atividades e papéis sociais que se repetem e se renovam continuamente como associadas aos cuidados e atividades reprodutivas, socializaram o feminino numa posição não completamente subjugada à forma-valor (i.e., carência de isomorfia entre o trabalho reprodutivo e produtivo, entre feminino e produtivo, entre feminino e mercadoria). Por conseguinte, esta não-correspondência deve valorizar-se em si mesma e buscar-se uma identificação positiva integral com estes papéis reprodutivos no sentido de estabelecer uma potência transformadora. Coartada e subjugada aos desígnios da modernidade capitalista, a mulher e/ou o trabalho reprodutivo perdem, na verdade, a sua virtuosidade. Impede-se a sua realização plena, devendo-se, pois, buscar uma ampliação das suas possibilidades de realização através de uma oposição vigorosa às imposições do capitalismo moderno (para uma análise crítica desde diferentes perspetivas, cf. BIEHL, 1991; FREEDMAN, 2018; SCHOLZ, 2019). A pletora de propostas que segue esta linha de argumentação tem, de forma mais ou menos inadvertida, arrastado e desdobrado uma tendência sincrética reacionária perturbante.

Um caso paradigmático é o do movimento *tradwife* (esposa tradicional) com epicentro no Reino Unido – veja-se a organização *The Darling Academy* cujo website anuncia que a vida tradicional é a nova contracultura, a nova rebeldia – que procura a afirmação e “recuperação” feminina da dimensão doméstica da esfera da reprodução social. Na mesma linha, nos Estados Unidos, diversos movimentos com filosofia DYP pós-anarquista têm vindo a reclamar uma nova domesticidade (cf. MATCHAR, 2013). Assinalam a dificuldade de gerir a vida profissional e familiar moderna. Reivindicam-se feministas na sua maioria: clamam uma recuperação da domesticidade (i.e., como se efetivamente esta tivesse sido suplantada por outra forma de organizar as atividades não remuneradas reprodutivas), que lhes pertence como seu trabalho natural e que foi-lhes arrebatado pela socialização dos cuidados pelo Estado de bem-estar (i.e., típico de um modelo de acumulação fordista) e, mais recentemente, pela gestão da crise dos cuidados, imposta pelo ingresso massivo de mulheres ao mercado de trabalho, através da sua incessante mercantilização (i.e., associado a um modelo de acumulação pós-fordista assente em serviços). Fazem-no nos moldes em que usualmente são produzidos os chamados comuns (OSTROM, 2000) e, muitas vezes, catapultam-se a partir de espaços comunitários-autonomistas como espaços de convergência (cf. REID ROSS, 2017a; 2017b), mas também a partir de media social (cf. SCHRADIE, 2019).

Segundo a lógica da nova domesticidade, a mulher doméstica é hodiernamente alvo de prejuízo social já que, fruto da hegemonia feminista de emancipação pelo trabalho, esta deve ser socializada em formas conflitantes com a sua

“natureza” e encarando jornadas de trabalho duplas, muitas vezes, entre casa-trabalho, ou pagando por esses serviços, pervertendo-se assim o feminino e os cuidados na lógica de acumulação capitalista. A domesticidade também diminui a exposição das mulheres à violência de rua. Em síntese, criticam o *burden* associado aos padrões conflitantes de socialização feminina nas sociedades capitalistas denunciando uma insatisfação colossal com a vida moderna (KELLY, 2018).

Esta reivindicação de domesticidade não é aleatória nem ingénuo e devemos retirar-lhe a alvéola de emancipação. Três pontos centrais devem ser discutidos, se se pretende criticar, com mais detalhe, esta acomodação sincrética reacionária. Em primeiro lugar, este encontro entre o feminismo e domesticidade busca, desde logo, uma brecha de legitimidade na composição-base do discurso liberal, refugiando-se na hegemonia dos limites políticos do feminismo liberal: à domesticidade deve-se aplicar um critério voluntarista. As determinações histórico-formais e as relações de poder, constituintes da domesticidade extinguem-se e, na possibilidade que se reconheça a sua existência, parecem que as suas dinâmicas de poder são esvaziadas a partir de um sentido de plenitude da escolha, como se os ordenamentos capitalistas fossem eles próprios uma escolha, e não uma imposição integrante das exigências de um modo de produção (STABILE, 1997). Essa escolha pela domesticidade parece ser um motor de antagonismo social, principalmente contra a vida moderna, contra a vida frenética e urbana. A proximidade dos movimentos que apelam à domesticidade com as subjetividades reacionárias bucólicas, que encontram um espelho numa crítica ao moderno, prescindindo-se, ao mesmo tempo, de

uma crítica profunda ao capitalismo como relação social totalizante dessa mesma modernidade. Os limites e cruzamentos entre modernidade e capitalismo são extintos em prol da primeira, ou então são dissolvidos por completo. A crítica da reprodução social, sob esta lente, predispõe-se à permeabilidade reacionária.

Em segundo lugar, a própria reivindicação de domesticidade deve ser entendida no seu substrato material, aquele que muitas vezes determina finalmente o cruzamento, mais aberto, de subjetividades feministas com etnonacionalismos. A imagem feminina de uma mulher adstrita à domesticidade e à maternidade, numa divisão física e sexual do trabalho exígua, principalmente dirigida a mulheres casadas teve, no desenvolvimento progressivo do capitalismo, uma expressão exaltada durante as ascensões dos fascismos entre guerras na Europa (WIKANDER, 2016), todos eles usualmente suportados numa visão ideológica de libertação da modernidade - a ‘nova mulher fascista’ é finalmente valorizada pelo que é realmente, uma mãe cuidadora, a recuperação de um mito palingenético: a mãe da nação. Não é de espantar as afinidades que as novas esposas tradicionais e as “mães hipsters” nutrem pelo etnonacionalismo e pelas suas promessas de segurança socioeconómica, de pertença social. Mães, em comunhão com a natureza, de classe média usualmente, buscam profusamente um conforto material em face de um cenário económico de instabilidade e carreiras femininas congeladas, em que supostamente a resposta parece estar na plena adesão a uma vida material ao estilo narrado, nos anos 60, por Betty Friedan (2020) (para revisão deste argumento, KELLY, 2018; MATCHAR, 2013). A flexibilidade laboral é assustadoramente próxima,

ainda que outrora pudesse parecer uma realidade distante. A mística feminina parece ser fetichizada e parece indiciar uma resolução da insegurança laboral a que estão sujeitas estas mulheres.

Por outro lado, as classes baixas-populares não são exceção. Para elas, a feminização da pobreza e da desigualdade social nunca pareceu completamente um horizonte distante. Ainda que a adesão plena à domesticidade seja realmente impossível, uma primazia dos papéis domésticos e/ou femininos relaciona-se diretamente com as condições de opressão e de precariedade laboral destas mulheres, em que a família parece ser uma das garantias mais robustas frente à instabilidade laboral neoliberal. Pela sua condição de especial precariedade, o espaço doméstico, ainda que menos romantizado e menos “opcional” é parte incontornável da sua subsistência. Segundo algumas perspetivas feministas, esta adesão à domesticidade e à subsistência parece transparecer uma maior inclinação para fraguar uma transformação social, desde abaixo, desde os confins do moderno, desde a subsistência (para uma crítica, SCHOLZ, 2019). A negociação da subjetividade destes sujeitos reveste-se, várias vezes, de elementos que podem ser determinantes na possível adesão a imaginários políticos reacionários, precisamente pelas mesmas condições que algumas posturas feministas podem, inadvertidamente, valorizar em si mesmas como emancipatórias e/ou anticapitalistas.

Em terceiro lugar, no passado recente, várias têm sido as formações partidárias de extrema-direita que geraram grupos feministas nacionalistas (para uma análise sistemática entre género e nacionalismo, YUVAL-DAVIS, 2008), de pendor partidário, igualmente a partir

de uma aparente disseminação da benignidade da vida doméstica, principalmente com recurso a redes sociais. Exemplo disso, é Aurora Dourada, na Grécia, cujo atividade online, mostra desde como se misturam temas de como construir cosméticos em casa ou culinária tradicional, com argumentos de como a baixa natalidade na Grécia motiva o aumento da emigração (cf. KORONAIU; SAKELLARIOU, 2017). Na Hungria, grupos nacionalistas apelam à superioridade mística feminina, com exemplos mitológicos de mulheres como poderosas e cuidadoras, ao mesmo tempo associados com elementos de religião pagã e xamanismo, fundamentais na adesão a etnonacionalismos (FÉLIX, 2017).

Conclusão

Neste breve artigo, tentei estabelecer como, através de um conjunto de nomenclaturas particulares, a extrema-direita visa desarticular os léxicos, reivindicações e lutas feministas, descredibilizando as suas potencialidades, diluindo todos os seus possíveis antagonismos, mas também problemas, em críticas-caricatura. Sem abdicar da disputa pelo cunho emancipatório alternativo que o próprio feminismo enverga, diferentes movimentos e formações partidárias de extrema-direita buscam entrar e manobrar tendenciosamente algumas desses mesmas reivindicações, lutas e léxicos. Em adição, busca-se sorrateiramente impor uma agenda de racialização das questões sexuais e seletivamente instala-se a partir de *left-overs* (REID ROSS, 2017b), isto é de alguns princípios de ação coletiva (i.e., primado da prática concreta, afirmação plural) que para alguns feminismos, movimentos pós-esquerda e/ou de terceira via, entre outros, têm vindo a

significar uma porosidade particular a tendências reacionárias, amplamente encetadas e/ou aproveitadas pelas organizações de extrema-direita.

A fórmula reacionária na constituição de subjetividade política atualmente é predatória e compatível com gatopardismo. Re-significações de ações concretas podem dar-se no interior de movimentos sem que exista uma análise suficientemente abrangente e crítica das relações de poder implicadas nessas alterações. A extrema-direita empreende uma crítica às ações levadas a cabo pelos novos movimentos sociais, inclusive o feminismo, ao mesmo tempo, que tenta beneficiar-se das ambiguidades de um cenário político heterodoxo e pós-moderno. A mesma extrema-direita apresenta-se assim como um discurso de superação, quando na verdade o seu sujeito político vertebrador continua a ser misógino, violento, racista, autoritário e capitalista. Paradoxalmente, delata o ‘fim da história’ sendo ao mesmo tempo o seu expoente máximo, alimentando-se dele e propondo-o como saída.

Com vista a empreender uma oposição combativa à extrema-direita, o feminismo tem de responder a estas manobras cosméticas e enlances sincréticos. Como? A meu parecer, devemos suportar o contínuo direcionar do feminismo para com outro encontro difícil: com o marxismo. O feminismo não se pode definir como um cardápio temático. É sobretudo um impulso emancipatório, governada pela crítica da exploração e opressão no feminino, mas que por fim precipita-se a uma alternativa mais ampla e abrangente. Existimos como parte de uma relação capitalista totalizante em que a não-morte do fascismo, refletido e organizado no que conhecemos como extrema-direita, assim como no seu gato-

pardismo, não nos deve surpreender. Entendê-lo e combatê-lo efetivamente requer uma crítica profunda das relações de poder que compõe o modo de produção-reprodução capitalista, anatematizando com todas as formas de regulação social correspondentes, desde as mais liberais até às mais fascizantes. O marxismo permite-nos analisar as relações históricas, materiais e de classe, ou seja, alumiar os fundamentos materiais associados um ímpeto negativo, de uma oposição plena a esta relação totalizante, através e para além do feminismo (STABILE, 1997). Não encontraremos esta análise num feminismo que se toma como objetivo em si mesmo, quer seja guiado por preceitos liberais, quer somente guiado por crítica discursiva-cultural ou por materialismos vulgares, nunca pelo menos de forma sistemática e impelente a uma diluição abrangente do modo produção-reprodução capitalista.

Referências

ADORNO, THEODOR. **Aspetos do novo radicalismo de direita**. Lisboa: Edições 70, 2020.

APPERLY, ELIZA. **Why Europe's far right is targeting gender studies**. Em: The Atlantic, junho 2019. Disponível em: <https://www.theatlantic.com/international/archive/2019/06/europe-far-right-target-gender-studies/591208/>, consultado em 22.03.2021

ARRUZZA, CINZIA. **Functionalist, determinist, reductionist: Social reproduction feminism and its critics**. *Science & society*, v. 80, n.1, p. 9-30, 2016.

BHATT, CHETAN. **White extinction: Metaphysical elements of contemporary western fascism**. *Theory, culture & society*, v. 38, n.1, p.27-52, 2021.

BHATTACHARYA, TITHI. **Social reproduction theory: Remapping class, recentering oppression**. London: Pluto Press, 2017.

BEATLEY, MEAGHAN. **Betting on anti-femism as a winning political strategy**. Em:

The Atlantic, abril 2019. Disponível em: <https://www.theatlantic.com/international/archive/2019/04/spain-vox-feminism/587824/>, consultado em 22.03.2021

BEINART, PETER. **The new authoritarians are waging war on women**. Em: The Atlantic, janeiro/fevereiro de 2019. Disponível em: <https://www.theatlantic.com/magazine/archive/2019/01/authoritarian-sexism-trump-duterte/576382>, consultado em 22.03.2021

BIEHL, JANET. **Rethinking ecofeminist politics**. Boston: South End Press, 1991.

BRACKE, SARAH. **From 'saving women' to 'saving gays': Rescue narratives and their dis/continuities**. V.19, n. 2, p- 237-252, 2012.

COLINA, MARISA PÉREZ. Instrumentalización de la defensa de los derechos de las mujeres y racialización del sexismo. Em: FUNDACIÓN DE LOS COMUNES, **Familia, raza y nación en tempos de posfascismo**. Madrid: Traficante de sueños, 2020, p. 99-110.

DELPHY, CHRISTINE. **O inimigo principal: A economia política do patriarcado**. Revista Brasileira de Ciência Política, n. 17, 99-119, 2015.

FARRIS, SARA R. **In the name of women's rights: The rise of femonationalism**. Durham: Duke University Press, 2017.

FEDERICI, SILVIA. **El patriarcado del salario: Críticas feministas ao marxismo**. Madrid: Traficante de sueños, 2018.

FÉLIX, ANIKÓ. Towards an alternative emancipation? The new way(s) of women's mobilisation in the Hungarian radical right subculture. Em: KANTOLA, J.; CHILDS, S., **Gender and far right politics in Europe**. Cham: Palgrave Macmillan, 2017, p. 95-110.

FRASER, NANCY. **Capitalism's crisis of care**. *Dissent*, v. 63, n.4, p. 30-37, 2016.

FREEDMAN, LUCY. **A 'beautiful half hour of being a mere woman': The feminist subject and temporary solidarity**. *Historical Materialism*, v. 26, n. 2, 221-241, 2018.

FRIEDAN, BETTY. **A mística feminina**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2020.

GANDESA, SAMIR. **Spectres of fascism: Historical, theoretical and international perspectives**. London: Pluto Press, 2020.

KELLY, ANNIE. **The housewives of white supremacy**. Em: The New York Times, junho de

2018. Disponível em:
<https://www.nytimes.com/2018/06/01/opinion/sunday/tradwives-women-alt-right.html>,
consultado em 22.03.2021

KORONAIYOU, ALEXANDRA;
SAKELLARIOU, ALEXANDROS. **Women and Golden Dawn: Reproducing the nationalist habitus**. *Gender and education*, v.29, n.2, 258-275, 2017.

LORRIAUX, AUDE. **Marine Le Pen, «féministe»? Une escroquerie!** Em: *Slate*, abril 2017. Disponível em:
<http://www.slate.fr/story/142985/marine-le-pen-femmes>, consultado em 22.03.2021.

MÁRQUEZ, NICOLÁS; LAJE, AGUSTÍN. **El libro negro de la Nueva Izquierda: Ideología de género o subversión cultural**. Grupo Unión, 2016.

MATCHAR, EMILY. **Homeward bound: Why women are embracing the new domesticity**. New York: Simon & Schuster, 2013.

MBEMBE, ACHILLE. **Crítica de la razón negra: Ensayo sobre el racismo contemporáneo**. Madrid: Ned Ediciones, 2016.

MIES, MARIA; SHIVA, VANDANA. **Ecofeminism**. London: Zed Books, 2014.

OSTROM, ELINOR. **El Gobierno de los bienes comunes: La evoluciones las instituciones de acción colectiva**. México: Fondo de Cultura, 2000.

REID ROSS, ALEXANDER. **Against the fascist creep**. Chico: AK Press, 2017a.

REID ROSS, ALEXANDER. **The left-overs: How fascists court the post-left**. Em: *Ecology IWW*, março de 2017b. Em:
https://ecology.iww.org/texts/AlexanderReidRoss/TheLeft-Overs?bot_test=1, consultado em 30.03.2021

RENTON, DAVID. **The New Authoritarians: Convergence on the right**. London: Pluto Press, 2019.

RODRIGUEZ, FERNANDA. «Ideología de género» y estrategias políticas de clase en el auge de los posfascismos. El caso de EEUU. Em:

FUNDACIÓN DE LOS COMUNES, **Familia, raza y nación en tempos de posfascismo**. Madrid: Traficante de sueños, 2020, p. 127-146.

RUBIO, ALICIA. **Cuando nos prohibieron ser mujeres... y os persiguieron por ser hombres: Para entender cómo nos afecta la ideología de género**. La Factoría, 2017.

SAL, LISBETH; LARZILLIÈRE, CAPUCINE. **Comprendre l'instrumentalisation du féminisme à des fins racistes pour résister**. Em: *Contretemps, Revue de Critique Communiste*, setembro 2011. Disponível em:
<http://www.contretemps.eu/comprendre-linstrumentalisation-du-feminisme-a-des-fins-racistes-pour-resister/>, consultado em 22.03.2021

SCHRADIE, JEN. **The revolution that wasn't: How digital activism favors conservatives**. Cambridge: Harvard University Press, 2019.

SCHOLZ, ROSWITHA. **El patriarcado productor de mercancías y otros textos**. Santiago: Quimera Ediciones, 2019

SERHAN, YASMEEN. **How being a woman helped Marine Le Pen?** Em: *The Atlantic*, abril de 2017. Disponível em:
<https://www.theatlantic.com/international/archive/2017/04/how-being-a-woman-helped-marine-le-pen/522456/>, consultado em 22.03.2021

STABILE, CAROL. Postmodernism, feminism, and Marx: Notes from the abyss. Em: WOOD, E. M; BELLAMY FOSTER, J., **In defense of history: Marxism and the postmodern agenda**. London: Monthly Review Press, 1997, p. 135-149-

VOGEL, LISA, **Domestic labor revisited**. *Science & society*, v. 64, n. 2, 151-170, 2000.

WIKANDER, ULLA. **De criada a empleada: Poder, sexo y división del trabajo (1789-1950)**. Madrid: Siglo XXI, 2016.

YUVAL-DAVIS. **Gender and nation**. London: Sage, 2008.

Recebido em 2021-05-24
Publicado em 2021-06-01